



## SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO N.º 260 de 26 de setembro de 2007.

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O TENENTE BRIGADEIRO DO AR HENRIQUE MARINI E SOUZA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

## RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de Setembro/2006 a Agosto/2007.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 632/STN, de 30.08.2006 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

  
Ten Brig. Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA  
Ministro-Presidente

| DIRETORIA DE PESSOAL |        |             |          |
|----------------------|--------|-------------|----------|
| PUBLICAÇÃO           |        |             |          |
| DOU 1                | nº 187 | de 27/09/07 | pág. 129 |
| BJM                  | nº 44  | de 05/10/07 |          |

ANEXO DO ATO NORMATIVO N.º 260, de 26 de setembro de 2007.

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2006 a AGOSTO/2007

1.- LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

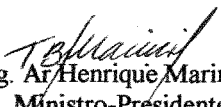
R\$ Milhares

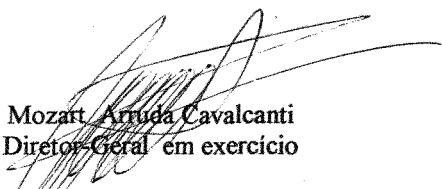
| DESPESA COM PESSOAL                                                                                              | Despesas Executadas (Últimos 12 Meses) |                                             |                    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------|
|                                                                                                                  | Liquidadas                             | Inscritas em Restos a Pagar não Processados | Total              |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL</b> ..... <b>(I)</b>                                                                | 209.229                                | 71                                          | <b>209.300</b>     |
| Pessoal Ativo                                                                                                    | 104.994                                | 68                                          | <b>105.062</b>     |
| Sentenças Judiciais - Pessoal do Próprio Órgão                                                                   | 0                                      | 0                                           | <b>0</b>           |
| Sentenças Judiciais - Pessoal de Outros Órgãos e Entidades                                                       | 0                                      | 0                                           | <b>0</b>           |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo                                                                                | 104.994                                | 68                                          | <b>105.062</b>     |
| Pessoal Inativo e Pensionistas                                                                                   | 104.235                                | 3                                           | <b>104.238</b>     |
| Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de contratos de Terceirização (Art. 18, § 1º Da LRF)                      | 0                                      | 0                                           | <b>0</b>           |
| <b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)</b> <b>(II)</b>                                            | 68.228                                 | 0                                           | <b>68.228</b>      |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                                     | 0                                      | 0                                           | <b>0</b>           |
| Decorrentes de Decisão Judicial                                                                                  | 51                                     | 0                                           | <b>51</b>          |
| Despesas de Exercícios Anteriores                                                                                | 1.350                                  | 0                                           | <b>1.350</b>       |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados                                                                  | 66.827                                 | 0                                           | <b>66.827</b>      |
| <b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP</b> <b>(III) = (I - II)</b>                | 141.001                                | 71                                          | <b>141.072</b>     |
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b> <b>(IV)</b>                                                                |                                        |                                             | <b>362.612.840</b> |
| <b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE -TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100</b> | <b>0,038885%</b>                       | <b>0.000020%</b>                            | <b>0,038904 %</b>  |
| <b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b> <b>0,080726%</b>                                      |                                        |                                             | <b>292.723</b>     |
| <b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b> <b>0,076690%</b>                                              |                                        |                                             | <b>278.087</b>     |

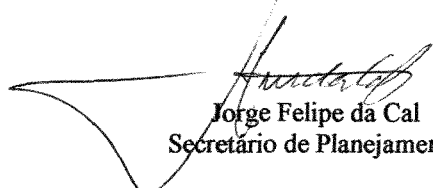
**Observações:**

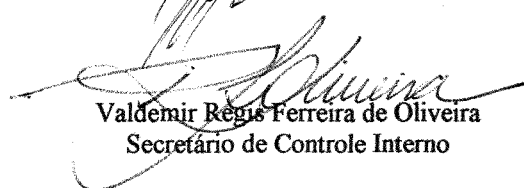
- (1) Fonte dos dados: SIAFI2006/2007/CELULAS
- (2) RCL publicada pela Portaria n.º 619/STN, de 18.09.2007.
- (3) Limite Prudencial – LRF = 0,076690% (alterados pela Resolução n.º. 26/CNJ, de 05/12/2006)
- (4) Do valor de R\$2.955.844,24 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$1.605.560,65, foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169.
- (5) Do valor de R\$142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$91.200,88, foram pagos com recursos vinculados a fonte 156 e 169.

2.- LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas):

  
Ten Brig. Ar Henrique Marini e Souza  
Ministro-Presidente

  
Mozart Arruda Cavalcanti  
Diretor-Geral em exercício

  
Jorge Felipe da Cal  
Secretário de Planejamento

  
Valdemir Régis Ferreira de Oliveira  
Secretário de Controle Interno